

### **CAPÍTULO III**

## **GUAIPACARÉ, A FRONTEIRA DO SERTÃO**

---

#### **A ABERTURA DO CAMINHO GERAL E A OCUPAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA**

Apoiando-nos na periodização<sup>1</sup> apresentada por Ernani Silva Bruno (1967), podemos fazer uma breve roteiro do processo de ocupação do Vale do Paraíba nos primeiros tempos, que ocorreu a partir de São Paulo de Piratininga, desde o século XVI.

Ao estabelecerem-se no planalto, os portugueses iniciaram suas incursões para o interior de modo sistemático. Antes de terem subido a Serra do Mar e fundado o primeiro povoamento – Santo André da Borda do Campo – houve algumas iniciativas de interiorização que foram barradas, por Tomé de Sousa, pelo seu receio de que as vilas fundadas no litoral pudessem sofrer um “esvaziamento”<sup>2</sup>. Pelo menos essa é uma versão que procura fundamentar a proibição, por parte do primeiro governador-geral, das tentativas de se alcançar o planalto. Sua intenção era também isolar os colonizadores do contato com os castelhanos estabelecidos serra acima, provenientes de Assunção.

Mesmo assim, nomeia João Ramalho capitão da vila de Santo André, com o intuito de que este o auxiliasse na guarda do caminho impedido.

---

<sup>1</sup> Silva Bruno determina 9 períodos da ocupação do território paulista, a saber: 1500/1550 – Posse do litoral; 1550/1580 – Conquista do planalto; 1580/1640 – Bandeiras; 1640/1730 – Mineração; 1730/1775 – Comércio de gado; 1775/1822 – Açúcar; 1822/1888 – Lavoura do café; 1888/1930 – Segunda lavoura do café; 1930/1965 – Pequeno lavrador.

<sup>2</sup> A determinação de Tomé de Sousa será revogada por seu sucessor, D. Duarte da Costa, possibilitando ao Pe. Manoel da Nóbrega estabelecer o Colégio Jesuíta nos campos de Piratininga, em 1553.

Não se tratava , em verdade, de promover o povoamento do campo, mas, ao contrário, de evitar que por ali se dispersassem os moradores da costa, necessários à sua defesa e segurança. (HOLLANDA, 2003a, p.144)

Além do mais, João Ramalho mantinha boas relações com os indígenas, o que facilitaria a defesa das vilas do litoral no caso de um ataque do gentio vindo do interior.

Apesar disso, João Ramalho teria sido o primeiro paulista a ingressar no Vale do Paraíba, em 1562, muito antes de serem fundadas as primeiras vilas nessa direção. Quando de sua passagem pela região, João Ramalho haveria deixado descendência, o que teria sido facilitado pela docilidade dos índios, os guaianazes e puris que, inimigos de confrontações, após os primeiros contatos com o homem branco retrocederam em direção à Mantiqueira (MOTTA SOBRINHO, 1967).

Em 1560, por ordem de Mem de Sá, os moradores da Vila de Santo André transferem-se para São Paulo (HOLLANDA, 2003a). Brás Cubas teria andado pelo Vale do Paraíba, nesse mesmo ano, à procura do “caminho do norte” das cabeceiras do Rio São Francisco, também sob ordens de Mem de Sá. Mas o fato é que o roteiro seguido por Brás Cubas é controverso e de difícil comprovação, segundo Sérgio Buarque de Holanda (2003a)<sup>3</sup>.

Por outro lado, conforme Paulo Pereira dos Reis (1998), quando da extinção da Vila de Santo André, tendo os moradores dessa vila se transferido para São Paulo, alguns outros seguiram adiante e se estabeleceram na região conhecida por *Ipacaré*, região esta que abrangeria os sítios de Taubaté, Guaratinguetá e Lorena. Afirma o autor:

Azevedo Marques julgava que os indígenas, antes do povoamento do Vale do Paraíba, designassem como *Ipacaré* a vasta região que inicia em Taubaté e se estende até as terras de Lorena [...] [...]

<sup>3</sup> ...“em 1560, [uma entrada foi realizada] dirigida por Brás Cuibas, que seguiu um roteiro até hoje discutido....Ouro e pedras verdes teriam sido encontrados, porém, de reduzido interesse econômico”. Sérgio Buarque de HOLANDA, *História geral da civilização brasileira*, t.1, v.1, p.317-318

No entanto, após o início do povoamento, o vocábulo *ipacaré* passou a designar, gradativamente, região menor, para finalmente denominar apenas as terras que pertenceram à Vila de Lorena no século XVIII. (AZEVEDO MARQUES<sup>4</sup>, [s.d.] apud REIS, 1998, p.36)

Este pode ser mais um indício da passagem de Brás Cubas pela região e também do movimento inicial para o estabelecimento da povoação da qual se originaria Taubaté, fundada por Jacques Félix quase um século mais tarde, em 1646.

O Vale do Paraíba só foi efetivamente alcançado após a metade do século XVI, dentro do Ciclo das Bandeiras (1580-1640), no momento em que os paulistas se dedicavam ao apresamento de índios para trabalho escravo (BRUNO, 1967). Assim, foi fundada em 1600, a povoação de Mogi das Cruzes, elevada à vila já em 1611. Um pouco mais para o oeste estabeleceu-se, nesse mesmo período, Nossa Senhora da Escada, atual Guararema, como um aldeamento indígena.

A primeira bandeira foi, segundo Sérgio Buarque de Holanda (2003a), a de André de Leão (1601), patrocinada por D. Francisco de Sousa, sétimo governador-geral do Brasil (1591-1602). Esta bandeira partiu de São Paulo com a missão de encontrar minas de prata, seguindo pelos vales dos rios Tietê e Paraíba e depois, transpondo a Mantiqueira, chegou até as nascentes do Rio São Francisco.

Durante os cinquenta anos seguintes, muitas outras expedições ocorreram, em área cada vez mais ampliada, tanto em direção ao norte quanto ao sul ou oeste, porém tinham como objetivo o apresamento de índios para trabalho escravo, tanto em terras paulistas como nos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (BRUNO, 1967).

---

<sup>4</sup> Manuel Eufrásio de AZEVEDO MARQUES, in: *Apontamentos históricos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, vol.1, [s.d.], p.177

O caminho aberto por estas primeiras bandeiras ficou conhecido como “Caminho Geral” e foi, não há dúvida, definido sobre as trilhas de que se serviam os indígenas para seu deslocamento por entre os diversos territórios, pois eram eles que realmente conheciam sua morfologia.

Foi este Caminho Geral o vetor irradiador do povoamento no Vale do Paraíba até o sertão de Guaipacaré<sup>5</sup> e que propiciou aos bandeirantes chegar à região aurífera de Minas Gerais. A região vale-paraibana conheceu grande desenvolvimento, pela sua configuração natural como caminho para a travessia da Serra da Mantiqueira. Inicialmente a ocupação dessa área esteve ligada à atividade de sesmeiros e de posseiros e se caracterizava pela presença de roças de lavoura e sítios de criação.

O pioneiro foi Jacques Felix, fundador de Taubaté (1646), povoação que acabou por atrair outros aventureiros que foram se fixar mais para adiante, nos sertões dos Cataguás, de onde se descia, pela trilha indígena, para a baía da Ilha Grande.

Após a instalação, por Jacques Felix, do arraial pioneiro de Taubaté [...], foram aos poucos surgindo Paraíba abaixo, na rota das bandeiras que se destinavam às Gerais, novos núcleos esparsos de moradores que se transformaram, com o tempo, em bairros, capelas, freguesias e vilas. (REIS, 1998, p40).

Esse afluxo de sertanistas propiciou a formação do povoado que originou a Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá (REIS, 1980), em 1646. Também são fundadas nessa época São José do Paraíba, hoje São José dos Campos (1643), Jacareí (1652), Paraibuna (1666),

---

<sup>5</sup> Ipacaré, Pacaré, Aypacaré, Guaipacaré, Guapacaré, Hepacaré são nomes diferentes da mesma região. Paulo Pereira dos Reis reuniu, em *Lorena nos séculos XVII e XVIII*, vários possíveis significados para essa palavra tupi, mas parece ao autor que o mais aceitável seria a forma adotada por Teodoro Sampaio em *O tupi na geografia nacional*: Guapacaré: *guâ-upa-caré*, a lagoa torta da baixada, ou o braço do rio, em referência ao braço do rio Paraíba que ali existiu. Ainda de acordo com Reis, Hepacaré seria uma corruptela desenvolvida pelos usuários do antigo porto fluvial. Parece-nos que Hepacaré derivaria mais facilmente de Guaipacaré, pela omissão ou redução da primeira sílaba.

Tremembé (1669), Pindamonhangaba (década de 1690, originada de um patrimônio religioso) e Hepacaré, atual Lorena (1705).

Guaratinguetá e Lorena constituíam-se, no período, como o ponto mais avançado do povoamento paulista a leste — ou norte, como diziam os antigos — de São Paulo de Piratininga. Nesse ponto se estabelecia uma importante conexão para a economia da capitania — e da colônia. Afinal, era ali, nas roças de Bento Rodrigues, que o Caminho Geral do Sertão desembocava, vindo de São Paulo e onde também se iniciava o Caminho das Minas gerais de onde o ouro chegava para ser levado ao Rio de Janeiro.

Para a melhoria das condições deste percurso, houve várias empreitadas, primeiramente o Caminho da Piedade (atual Lorena) ou Caminho Velho e em seguida o Caminho Novo da Piedade ou simplesmente Caminho Novo, o grande facilitador do povoamento do fundo do Vale do Paraíba e da própria Lorena, que pela sua importância acabou sendo elevada à vila em 1788.



#### **O CAMINHO VELHO**

O Caminho da Piedade, ou Caminho Velho, foi aberto desde a Freguesia da Piedade, atual Lorena, para o escoamento do ouro de Minas Gerais em direção aos portos de Parati e Mambucaba. Para tanto, vencida a Mantiqueira e transposto o Rio Paraíba no porto de Guaipacaré ou Hepacaré, ia-se a Guaratinguetá e, passando pela Freguesia do Facão, era possível descer a Serra do Mar e alcançar o porto da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de

Parati, onde o ouro era embarcado para o Rio de Janeiro, depois de ser pesado. Esse caminho, segundo Reis (1971), foi aberto sobre a trilha dos índios guaianás e bifurcava-se no alto da Serra do Mar, seguindo uma vertente em direção à Taubaté e outra em direção à Garganta do Embaú.

É esse o caminho de que nos dá notícia Antonil (1982, p.184), quando descreve o “roteiro do caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as minas gerais dos Cataguás e do rio das Velhas.”:

Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais, porém raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E, por relação de quem andou por ele em companhia do governador Artur de Sá, é o seguinte. Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram [pelo mar] a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dous em Guaratinguetá, dous nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinquenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias. (grifo nosso)

Nesse percurso havia o inconveniente da viagem marítima, que acabava por expor os carregamentos de ouro e outras mercadorias ao saque de piratas, além das baldeações em Parati e em Sepetiba, de onde as cargas seguiam novamente por terra para o Rio de Janeiro, o que naturalmente contribuía para a dificuldade de controle de evasão de ouro.

Teria sido Amador Bueno da Veiga o executor de um novo caminho para Mambucaba, para a descida do ouro ao litoral, em substituição à antiga trilha indígena. A rota do Caminho Velho será retomada quando da descoberta de ouro no Mato Grosso (1719) e em Goiás e do início do transporte dos quintos para o Rio de Janeiro, por volta de 1723, como veremos adiante.

Mais tarde, no século XIX, essa via se transformará, juntamente com suas variantes para Parati e Angra dos Reis, no escoadouro do café da região de Lorena, como uma alternativa ao Caminho Novo da Piedade, que estabeleceu a ligação totalmente terrestre entre as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Como haviam recrudescido as questões fronteiriças no Sul, os bandeirantes voltaram-se para o sertão além-Mantiqueira para o apresamento de nativos, aproveitando estas últimas investidas para pesquisar possíveis áreas de mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Continuavam assim os paulistas a utilizar o caminho aberto através do Vale do Paraíba, destacando-se Taubaté, além de São Paulo, como centro irradiador e de apoio às expedições, enquanto o porto de Guaipacaré constituía-se no ponto mais distante da civilização bandeirante, onde se fazia a travessia do Rio Paraíba para se alcançar a Garganta do Embaú, passagem na Serra da Mantiqueira que viabilizava sua transposição de modo mais fácil.

A expedição de Antônio Rodrigues de Arzão, organizada a partir de Taubaté, em 1693, é considerada uma daquelas que, seguindo o caminho aberto por Fernão Dias Pais, encontrou ouro em Minas Gerais, na região de Serro Frio.

O relato de Antonil (1982, p.181), datado de 1711, descreve o “roteiro do caminho da vila de São Paulo para as minas gerais e para o rio das Velhas”:

Gastam comumente os paulistas, desde a vila de São Paulo até as minas gerais dos Cataguás, pelo menos dous meses, porque não marcham de sol a sol, mas até o meio-dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde o há, mel de pau e outro qualquer mantimento. E, desta sorte, aturam com tão grande trabalho.

O roteiro do seu caminho, desde a vila de São Paulo até a serra de Itatiaia, aonde se divide em dous, um para as minas do Caeté ou ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto e outro para as minas do rio das Velhas, é o seguinte, em que se apontam os pousos e paragens do dito caminho, com as distâncias que tem e os dias que pouco mais ou menos se

gastam de uma estalagem para outra, em que os mineiros pousam e, se é necessario, descansam e se refazem do que hão mister e hoje se acha em tais paragens.

No primeiro dia, saindo da vila de São Paulo, vão ordinariamente a pousar em Nossa Senhora da Penha, por ser (como eles dizem) o primeiro arranco de casa, e não são mais que duas léguas.

Daí, vão à aldeia de Itaquaquecetuba, caminho de um dia.

Gastam, da dita aldeia, até a vila de Moji, dous dias.

De Moji vão às Laranjeiras, caminhando quatro ou cinco dias até o jantar.

Das Laranjeiras até a vila de Jacareí, um dia, até as três horas.

De Jacareí até a vila de Taubaté, dous dias até o jantar.

De Taubaté a Pindamonhangaba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dia e meio.

De Pindamonhangaba até a vila de Guaratinguetá, cinco ou seis dias até o jantar.

De Guaratinguetá até o porto de Guaipacaré, aonde ficam as roças de Bento Rodrigues, dous dias até o jantar.

Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar [...] (grifo nosso)

O período seguinte, o do Ciclo do Comércio de Gado (1730-1775) (BRUNO, 1967), é marcado pela decadência do ciclo do ouro e a presença, em território paulista, notadamente no norte próximo à região do rio Mogi-Guaçu – mas também no Vale do Paraíba, dos chamados “torna-viagem” (BRUNO, 1967), aqueles mineiros que, esgotado o ouro, deixaram Minas Gerais e fixaram-se em São Paulo, dedicando-se agora às atividades ligadas à agricultura ou pecuária (Cf. LEMOS, 1999, p.75).

Neste período começa a ser utilizado muito intensamente o Caminho do Sul, para a importação de animais de carga desde o Rio Grande. Este fluxo será importante para o povoamento do Vale do Paraíba, pois novamente por esta região é que os muares vão alcançar Minas Gerais e a corte, no Rio de Janeiro. E a região do porto de Guaipacaré segue como sendo o ponto de inflexão do Caminho Geral, em direção ao Embaú ou a Parati e Mambucaba.

O Vale do Paraíba provou sensível expansão nesse momento, talvez devido à proximidade com Minas Gerais, e foram fundados novos núcleos de população: Facão (1730), atual Cunha, Aparecida (1743), Caçapava (década de 1750) e São Luís do Paraitinga (1769).





Fig. 43

Mapa da comarca do Rio das Mortes, Vila Rica e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Gerais

Detalhe onde se vê o Vale do Paraíba, cuja ultima localidade assinalada é a Villa da Piedade. À direita, partindo do Rio de Janeiro, o caminho de Garcia Rodrigues.

1763

Fonte: MAPA, 1993

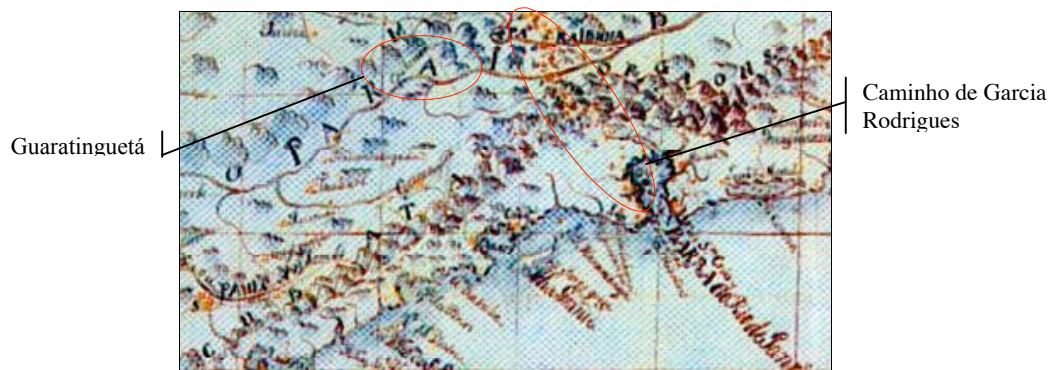


Fig. 44

Mapa de huã parte do novo continente – Mapa que abrange parte das capitãncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espirito Santo

Detalhe mostrando os caminhos para Minas Gerais. Entre outros, o Caminho de Garcia Pais e o Caminho Velho. No Vale do Paraíba, vai assinalada Guaratinguetá. [ca. 176-]

Fonte: MAPA, 1993



Fig. 45.  
*Plano que compreende parte das capitãncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro.*  
 Detalhe do trecho correspondente ao Vale do Paraíba. Várias localidades comparecem neste mapa, inclusive o Caminho Velho, via Parati. Curiosamente, não está registrado o Caminho Novo da Piedade.

[c.180-]

Fonte: MAPA, 1993



Fig. 46

Saindo de São Paulo em direção a Lorena, o Caminho Geral do Sertão; de Lorena, passando pelo Embau em direção a Ouro Preto, o Caminho das Minas; em direção a Parati e dali em diante, por mar até o Rio o Caminho Velho. Saindo desde Lorena até o Rio, por terra, o Caminho Novo da Piedade, cujo traçado original está indicado em pontilhado rosa.

Aparecida, ao contrário de suas vizinhas, surge e se desenvolve em função da peregrinação de fiéis à sua pequena igreja, erigida em 1735,<sup>6</sup> em louvor à imagem encontrada por pescadores nas águas do Rio Paraíba, em 1717.<sup>7</sup>

Outra razão para essa expansão pode ser atribuída a abertura do Caminho Novo da Piedade. Como já dito, o Caminho Velho havia sido reativado desde 1723, por conta da descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso,



#### O CAMINHO NOVO DA PIEDADE

Em 1725, o Conselho Ultramarino consultou o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, sobre qual seria a melhor rota de escoamento da produção aurífera de Cuiabá, se por Minas, por São Paulo, via Santos, ou por São Paulo via Parati.

Havia, segundo Reis<sup>8</sup>, outros interesses em jogo, e rapidamente Meneses tratou de mandar abrir o Caminho Novo da Piedade, que segundo ele, seria sem dúvida o mais seguro e

<sup>6</sup> Esta pequena igreja foi substituída pela “Basilica Velha”, em 1834. *A história de Nossa Senhora Aparecida*  
Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/osrastoios/NSAPARECIDA.htm>>

<sup>7</sup> “O rio Paraíba, que nasce em São Paulo e deságua no litoral fluminense, era limpo e piscoso em 1717, quando os pescadores Domingos Garcia, Felipe Pedroso e João Alves resgataram a imagem de Nossa Senhora Aparecida de suas águas. Encarregados de garantir o almoço do conde de Assumar, então governador da província de São Paulo, que visitava a Vila de Guaratinguetá, eles subiam o rio e lançavam as redes sem muito sucesso próximo ao porto de Itaguaçu, até que recolheram o corpo da imagem. Na segunda tentativa, trouxeram a cabeça e, a partir desse momento, os peixes pareciam brotar ao redor do barco”. *Ibid.*

<sup>8</sup> “Rodrigo César de Meneses era irmão de Vasco Fernandes César de Meneses, Vice-rei do Brasil [...], circunstância que lhe dava uma valiosa cobertura política e administrativa. [...] Fato desabonador para sua administração foi a aliança com o ladroaço Sebastião Fernandes do Rêgo que, apoiado nesse Capitão-general, perseguiu, injusta e cruelmente, os ricos irmãos João e Lourenço Leme até conseguir a eliminação de ambos. Tudo foi planejado para roubar desses paulistas [radicados em Cuiabá] ‘800.000cruzados, soma absolutamente imensa para o tempo e Brasil colonial’

[...] Tal notícia [da descoberta de ouro em Cuiabá] despertou a cupidez de D. Lourenço de Almeida, Governador da Capitania de Minas Gerais, que planejou abrir uma estrada de Pitangüi até Cuiabá, passando pelo território de

rápido modo de se levar o ouro cuiabano ao Rio de Janeiro. O autor sugere que tanto o governador mineiro quanto o paulista tinham esquemas de desvio de ouro, de modo que a ambos interessava o trânsito dos carregamentos e o funcionamento regular de uma Casa de Fundição em suas respectivas capitanias.

À parte tais interesses, digamos, escusos, foi de fundamental importância a abertura e manutenção do Caminho Novo da Piedade, obra planejada e mandada executar pelo Capitão-general Rodrigo César de Meneses, no mesmo ano de 1725. A estrada saía da Freguesia da Piedade e ia ter à Fazenda Santa Cruz, que pertenceu aos jesuítas até sua expulsão, em 1759, e que se localizava nas cercanias de Sepetiba, no Rio de Janeiro.

A estrada da Piedade [...] foi o fator básico, a condição *sine qua non* do desbravamento, conquista e fixação do homem branco em grande trecho do vale médio do Paraíba. Sem esse caminho não teríamos ali a ‘civilização do café’ que lhe foi posterior. O povoamento foi impulsionado, principalmente, pelos governos da Capitania de S. Paulo que ofereceram grandes vantagens aos que se fixassem às margens do **caminho novo**, não somente para construí-lo, mas para conservá-lo: doações de sesmarias, isenções de serviço militar (quando a Capitania de S. Paulo recrutava homens para a guerra contra os espanhóis, no sul do Brasil), privilégios fiscais, imunidades no campo judicial, que permitiam sustar execuções de sentenças (inclusive por dívidas pessoais) contra povoadores, além de anistias condicionais aos condenados que se comprometessem em habitar ao longo da citada vereda. Todas essas medidas constituíram o elenco de fascinantes ofertas governamentais que, com o intuito de abrir e manter a estrada para o Rio, propiciaram as imigrações de criminosos, aventureiros e numerosas famílias para as terras da antiga Freguesia de N. Sa. da Piedade. (REIS, 1971, p.23, grifo do autor)

Houve alguns percalços durante a construção do Caminho Novo em virtude da insatisfação de paratienses, que temiam a perda de divisas devido à desativação do Caminho

---

jurisdição do governo de São Paulo.

[...] no intuito de liquidar com as pretensões de D.Lourenço de Almeida, resolveu Rodrigo César abrir um caminho da Freguesia de N. Sra. Da Piedade (termo da Vila de Guaratinguetá) à Fazenda Santa Cruz dos Padres do Colégio do Rio de Janeiro.

[...] tinha entrado em São Paulo Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, com ouro descoberto nas cabeceiras do rio Vermelho, em Goiás, que se tornava assim um novo centro de mineração que iria aguçar a cobiça do Governador de Minas e tornar mais relevante a necessidade de um caminho seguro para a casa de fundição do Rio de Janeiro”. Vale a pena ler o episódio da troca de ouro por chumbo neste mesmo livro. Paulo Pereira dos REIS, *O caminho novo da Piedade no nordeste da capitania de São Paulo*. p.43-50 (grifo nosso)

Velho. Eles chegaram a enviar algumas representações ao rei, pedindo sua intervenção para que a idéia do novo roteiro fosse abandonada, as quais lhes foram negadas.

Outro obstáculo foi a oposição dos padres jesuítas de Santa Cruz, que eram contrários à passagem do novo caminho pela propriedade da Companhia de Jesus. Mas...

[...] receberam os jesuítas determinação real para continuar, em suas terras, o atalho feito pelos irmãos paulistas até Santa Cruz, de modo que o ‘caminho da Piedade’ se ligasse à estrada real de Sepetiba à Guanabara, concluindo-se assim a vereda S. Paulo—Rio (REIS, 1971, p.58).

Este problema foi superado de forma inusitada, quando da expulsão dos jesuítas do Brasil, alguns anos depois. A carta régia de 19 de outubro de 1766 transformou o antigo colégio de Santa Cruz em residência dos vice-reis. Mais tarde, após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, passa a ser a residência ocasional do Príncipe D. João.<sup>9</sup>

Como o governador do Rio de Janeiro também não concordasse com a abertura da estrada, tendo afirmado que não prosseguiria o traçado em território fluminense, foi intimado a fazê-lo pela provisão régia de 30 de dezembro de 1729, a qual ordenava que se estabelecesse a comunicação entre as duas capitanias e que fossem dadas sesmarias às pessoas que se dispusessem a trabalhar na abertura do tal caminho. Na prática...

[...] a estrada era feita às expensas exclusivas dos moradores do ‘caminho novo’, não despendendo o governo da capitania qualquer quantia na realização da obra. Aliás, a Capitania de S. Paulo continuava sendo muito pobre, apesar de os paulistas serem os descobridores do ouro de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. O governo português pagava, somente depois de os serviços concluídos, com terras concedidas no sistema de sesmarias, porque as rendas da capitania paulista não eram suficientes para cobrir as despesas realizadas [...] (REIS, 1971, p.61).

De qualquer modo, era preciso também provê-la de povoadores, visando sobretudo à constante manutenção dos “cortes, aterros, pontes e do próprio leito da estrada, por causa das

<sup>9</sup> Esta fazenda, à época em que Spix e Martius viajaram do Rio de Janeiro à São Paulo, pertencia à casa real, funcionando como carvoaria para o palácio no Rio de Janeiro: “O nosso compatriota, Tenente-Coronel Feldner, achava-se já, desde alguns meses, em Santa Cruz, a fim de dirigir a carvoaria, que se havia estabelecido ali por conta do rei e para o especial uso do palácio no Rio de Janeiro. Embora residindo numa propriedade real e cuidando de

enchentes e das chuvas”(REIS, 1971, p.62) e também a segurança dos viajantes e de suas cargas, além da provisão de pontos de pernoite e abastecimento.

As obras da estrada foram finalmente dadas por encerradas em 1778, levando, de acordo com Reis (1971), 52 anos para a sua construção. As dificuldades foram muitas, como o autor enumera:

[...] É verdade que, além da precariedade dos recursos técnicos de então, as obras dependiam, quase exclusivamente, dos cabedais particulares, na maioria das vezes insuficientes. Às dificuldades citadas podemos acrescentar os numerosos e difíceis obstáculos naturais que teriam de ser vencidos em tão longo e acidentado traçado, as oposições dos moradores das vilas de Parati e Ilha Grande, dos governadores Luis Vaía Monteiro (do Rio), Lourenço de Almeida e Antonio de Noronha (de Minas Gerais), dos padres jesuítas da ‘Fazenda Santa Cruz’, do Vigário Henrique José de Carvalho, da Freguesia de N. Sa. da Conceição de Campo Alegre e, finalmente, a crise criada com a extinção da Capitania de S. Paulo, durante 17 anos (1748-1765), que acelerou o empobrecimento paulista com reflexos desfavoráveis na realização das obras da estrada que os homens de S. Paulo faziam, à sua custa, para ligar a região vale-paraibana ao Rio de Janeiro (REIS, 1971, p.119).

O fato é que a abertura deste caminho acabou por consolidar a ocupação de todo esse trecho do Vale do Paraíba. Ao final deste período, quase todo o Vale tinha sido ocupado, restando sua porção mais oriental, para além de Guaipacaré, vizinha à Província do Rio de Janeiro e correspondendo aos mares de morros da Serra da Bocaina.

É nesse momento que o extremo “norte” da Província de São Paulo é desbravado, e o Caminho Novo da Piedade — aberto desde a Vila de Lorena até São João Marcos, no Rio de Janeiro — foi, como já se afirmou, de capital importância para o estabelecimento da cultura de café nessa área.

Lorena deixa, nesse momento, de ser a fronteira do sertão mas não perde, ainda, a sua posição estratégica de entroncamento de caminhos entre São Paulo e Rio de Janeiro e as áreas

---

negócios do rei, tinha ele que se contentar com uma miserável cabana de barro para morada e com frugal sustento”. SPIX & MARTIUS, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. p.112

de mineração no interior mineiro e goiano. Sendo o ponto onde se dava a travessia do Paraíba, e devido a essa sua localização estratégica, acabou sendo disputada porque a transposição do rio era cobrada, com barcas arrendadas por 12.000 cruzados (AYRES DO CASAL<sup>10</sup> [s.d.] apud EVANGELISTA, 1978, p.24).



#### **LORENA, VILA TROPEIRA**

Manoel Branco, que era Administrador Geral das Minas de São Paulo, pediu pessoalmente ao rei Afonso VI, em meados do século XVII, uma data de terras para explorar a travessia do Rio Paraíba em Guaipacaré. No entanto, apesar de ter o seu pedido atendido, veio a falecer quando chegou a São Paulo, não usufruindo a graça real nem seus descendentes, que não quiseram deslocar-se para o sertão.

Mais tarde, em 1702, Artur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, concedeu a um morador da vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, o contrato de passagem de Guaipacaré. João de Castilho Tinoco foi autorizado a cobrar dois vinténs por pessoa ou carga que cruzasse o rio.

Outra passagem foi autorizada em 1705, pelo governador D. Francisco Martins Mascarenhas de Lencastro, na região chamada de Piagüi, também em Guaratinguetá.

---

<sup>10</sup> Padre Manoel AYRES DO CASAL, *Corográfica brasílica ou Relação Histórico-geográfico do Reino do Brasil*, Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1976



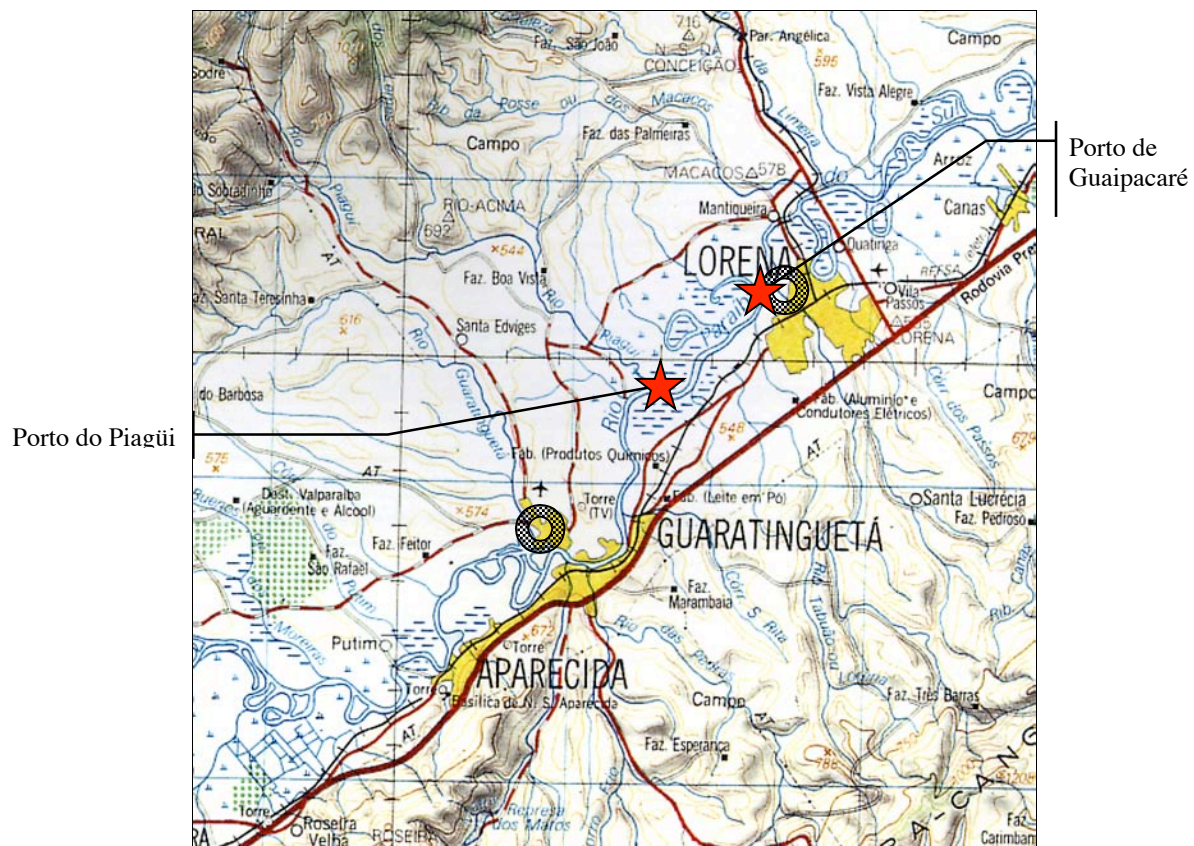


Fig. 47  
Localização das travessias do rio Paraíba no século XVIII.

Ficavam assim, de início, duas passagens no território da Vila de Guaratinguetá: uma na barra do Ribeirão Piagüí, afluente da margem esquerda do Paraíba; e outra, aproximadamente, mais adiante, na margem direita, no Porto de Guaipacaré, nas proximidades da desembocadura do ribeiro hoje denominado Taboão, onde se cruzava o Paraíba para descer no Porto do Meira. Nesse ancoradouro de canoas iniciava-se, na margem esquerda do Rio Paraíba, o caminho por terra, através do bairro do Campinho, para a garganta do Embaú.

[...]

Entretanto, a ‘passagem do Piagüí’ para Minas teve duração efêmera, [...] mantendo-se em terras guaratinguetaenses apenas uma passagem, a da Freguesia da Piedade, onde se atravessava o Paraíba para desembarcar no Porto do Meira, na margem esquerda (REIS, 1998, p.42). (fig.47)

Para se avaliar a importância da travessia de Guaipacaré, das sete passagens existentes no território paulista<sup>11</sup>, “a passagem da Piedade se colocava, em 1778, quanto à receita arrecadada, em segundo lugar, entre os demais *registros*<sup>12</sup> da Capitania” (REIS, 1998, p.42), ficando atrás apenas do “Registro de Curitiba”, que arrecadava dez vezes mais, devido ao intenso fluxo de mueres que eram trazidos do sul.

A Freguesia de N. S. da Piedade, segundo Paulo Pereira dos Reis (1998, p.38), “não teve um fundador, surgiu espontaneamente, como decorrência do caminho para as Gerais”.

Entre os primeiros habitantes da região de Guaipacaré, está Bento Rodrigues, um dos bandeirantes que descobriram ouro em território mineiro, que se instalou, com sua família, próximo à travessia do rio, provavelmente nas últimas décadas do século XVII. Recebeu carta de sesmaria<sup>13</sup> do governador do Rio de Janeiro em 1707. As “roças de Bento Rodrigues”, como eram chamadas, podem ser consideradas como o embrião inicial de Lorena.

<sup>11</sup> As outras passagens eram Curitiba, Mogiguaçu, Cubatão, Jacareí, Itapetininga e o Novo Registro de Curitiba. Paulo Pereira dos REIS, *Lorena nos séculos XVII e XVIII*, p.42-43

<sup>12</sup> **Registro**. [Do lat. med. *registru*, com possível influência do fr. *régistre*.] S. m. **1** Bras. S. Na fronteira, casa de mercadorias em grosso, com sortimento completo. **2**. Bras. RS Exame do gado alheio que aparece em uma invernada, rodeio ou tropa. Aurélio B. HOLLANDA FERREIRA. *Novo dicionário Aurélio – Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lexikon Informática, [1999]. 1 CD-ROM

Neste caso, espécie de posto de fronteira entre capitânias, onde se pagavam taxas para a continuação da viagem, mais próximo da segunda definição apresentada.

<sup>13</sup> **Sesmaria**. [De *sesma* + *-aria*.] S. f. **1**. Terra inculta ou abandonada. **2**. Lote de terra inculto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo. **3**. Bras. Antiga medida agrária, ainda hoje usada no RS, para áreas de campo de criação. Havia a sesmaria do campo (que perdura) e a sesmaria do mato. A légua de sesmaria tem 3.000 braças, ou 6.600 metros. Aurélio B. HOLLANDA FERREIRA. *Novo dicionário Aurélio – Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lexikon Informática, [1999]. 1 CD-ROM

Sobre o estabelecimento do arraial de Guaipacaré e de sua capela de Nossa Senhora da Piedade, algumas observações se fazem necessárias. Apesar do que afirma Paulo Pereira dos Reis, sobre a “espontaneidade” do seu surgimento, cumpre observar que naquele momento...

[...] um pequeno arraial<sup>14</sup> que se formasse – arraial de pescadores, de caboclos, de garimpeiros – por certo dependia da necessidade de terrenos para cada morador e sua família, para toda a comunidade. [...] seguramente, dependeria do reconhecimento da sociedade organizada, por mais distante que estivessem os centros de poder.

[...]

A institucionalização da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida<sup>15</sup>, de sua capelinha visitada por um cura<sup>16</sup>, pela sua elevação um dia a matriz, elevação que significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo *status* de paróquia ou freguesia (MARX, 1991, p.18, grifo do autor).

Como àquela época a atuação do clero e do Estado era uma em muitos aspectos, cabendo à Igreja o controle da vida cotidiana – nascimentos, óbitos, matrimônios, etc.

[...] não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado (MARX, 1991, p.18).

Assim, o verdadeiro núcleo da cidade foi a capela que Bento Rodrigues e outros moradores do lugar – João Almeida Pereira, Pedro da Costa Colaço e Domingos Machado Jacome – erigiram em 1705, sob a invocação de N. S. da Piedade e para a qual doaram duzentos mil réis, para a constituição de seu patrimônio.

A capela, filial da Matriz da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, foi levantada próxima ao porto, para que também os viajantes pudessem orar antes de partir para a

<sup>14</sup> **Arraial.** [De *ar-2* + ant. *reial*, hoje *real*, 'do rei'.] S. m. 1. Acampamento (2), especialmente de tropas. 2. Lugar onde se juntam romeiros, onde há tendas provisórias, barracas de comestíveis, de jogos e diversões, e ornamentado, com música, etc. 3. P. ext. Festa popular com barracas de comestíveis, jogos e diversões, etc., semelhante ao arraial (2). 4. Povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, como a lavra de minérios, ou de metais raros, etc. 5. Bras. Aldeola, lugarejo. Aurélio B. HOLLANDA FERREIRA. *Novo dicionário Aurélio – Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lexikon Informática, [1999]. 1 CD-ROM

<sup>15</sup> **Ermida.** [Do lat. tard. *eremita* < gr. *eremítes*.] S. f. 1. Capela fora do povoado. 2. Pequena igreja Aurélio B. HOLLANDA FERREIRA. *Novo dicionário Aurélio – Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lexikon Informática, [1999]. 1 CD-ROM

transposição da Mantiqueira, em direção a Minas, ou, voltando de lá, se preparassem espiritualmente para a jornada rumo a São Paulo ou ao litoral. Frei Agostinho de Santa Maria<sup>17</sup> (1723, apud RODRIGUES, 2001, p.17) registrou essa devoção:

Este Santuario está situado em huma Aldea, ou povoação que é o porto onde desembarcão as canoas e se chama Guaypacaré, ponto muyto frequentado de todos os que passão às Minas e vem das minas.

Com esta misericordiosa Senhora tê todos aquelles moradores daquelle porto muyto grande devoção e também todos os que por alli passão para as minas.

[...]

Todos os que vão para as minas, chegão à Villa das Garças, Guaratinguetá, e assim os que veem da costa do mar, do porto da Villa de Paraty, como os que veem de S. Paulo e mais as Villas da Terra adentro; todos passão este grande Rio Paraíba e desembarcão perto de Guaypacaré e dahi caminhão por terra para as minas geraes e vão primeyramente a buscar o Santuario de Nossa Senhora da Piedade, e pedir-lhe que ella os acompanhe e favoreça e os livre de todos os perigos que se encontrão naquellas suas ambiciosas jornadas.

Aliás, observamos que a capela foi curada dois anos antes de Bento Rodrigues ter recebido sua sesmaria e arriscamos supor que talvez o bandeirante tenha se valido da ereção da ermida para solicitar seu quinhão de terras.

Gama Rodrigues (2001) afirma que a partir da leitura do 1º Livro do Tombo da Matriz de Lorena é possível localizar a capela original:

[...] no mesmo largo onde hoje se ergue a majestosa Catedral de Lorena, mais para a frente, mais para a margem do Paraíba que, então, passava pelo seu velho leito, ali bem próximo

[...]

ficando o lugar desta, junto à Cruz que hoje está no adro da Igreja, da parte de fóra da mesma Cruz, para a parte do poente (Livro do Tombo apud RODRIGUES, 2001, p.18).

Quanto à sua implantação, curiosamente hoje a Matriz dá as costas para a cidade. A explicação para esta estranha posição é justamente o fato da capela original ter sido levantada de frente para o rio, como a receber os viajantes que o atravessavam, enquanto o povoado,

<sup>16</sup> **Cura**. [Do lat. *cura*.] [...] S. m. 9. Vigário de aldeia ou povoação. Aurélio B. HOLLANDA FERREIRA. *Novo dicionário Aurélio – Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lexikon Informática, [1999]. 1 CD-ROM

<sup>17</sup> Frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuario mariano: e historia das imagens milagrosas de nossa senhora e das milagrosamente apparecidas...*, v.X, tit.XXIX, Lisboa, 1723.

crecendo na mesma margem do rio onde se localizava a capela, só poderia se estender por detrás da mesma.

É interessante esta situação da igreja de Lorena, porque ela não está localizada na parte mais alta da cidade, ou seja, não se procurou edificá-la “em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares imundos, e sordidos...”, conforme o que determinavam as *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia* (apud MARX, 1991, p. 22), documento datado de 1707 e editado em 1719, que veio a regulamentar a implantação de um sem número de igrejas pela colônia afora.

A razão pode ser justamente essa: erigida por leigos, em data anterior às tais regulamentações eclesiásticas. Provavelmente, se tivesse sido erguida por religiosos, talvez já fosse implantada de acordo com as determinações do Concílio de Trento, que as *Constituições* tinham por objetivo difundir por aqui e que os clérigos possivelmente já conheciam.

Ainda quanto à questão física, a ereção de uma capela implicava, além de um patrimônio em dinheiro para suas custas, outro, que demarcasse seu território. No caso de nossa Senhora da Piedade:

[...] recebeu dos mesmos João de Almeida Pereira, Pedro da Costa Colaço e Domingos Machado Jacome, a doação de cem braças<sup>18</sup> de terra, junto a ela, e que a Confraria de Nossa Senhora da Piedade aforava, à razão de 40 réis a braça, para os moradores fazerem casas, rendendo esses foros dez mil e tantos réis anualmente, havendo nessas mesmas terras várias pequenas casas de telha, paredes de mão e pau a pique [sic], com seu quintal, já muito antigas, de cuja renda vivia o Revmo. Vigário, visto não

<sup>18</sup> **Braça.** [Do lat. *brachia*, pl. de *brachiu*, 'braço'.] S. f. 1. Antiga unidade de medida de comprimento equivalente a dez palmos, ou seja, 2,2m. 2. Unidade de comprimento do sistema inglês, equivalente a cerca de 1,8m. Aurélio B. HOLLANDA FERREIRA. *Novo dicionário Aurélio – Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lexikon Informática, [1999]. 1 CD-ROM

Neste caso, seriam aproximadamente 220m. Como o documento não se refere a medida “em quadra”, não fica claro qual a área correspondente. Poderia ainda ser somente a dimensão da testada da área e o comprimento seria a distancia desta testada, demarcada em relação à igreja, até a margem do rio, conforme a tradição portuguesa.

ter a Igreja cônica<sup>19</sup> da fazenda Real para o Vigário, nem para coisa alguma (Livro do Tombo 1747<sup>20</sup> apud RODRIGUES, 2001, p.19).

E assim surgiu o núcleo inicial da atual Lorena, cuja freguesia era imensa e àquela altura, impossível de ser mesurada, pois se a partir de Guaratinguetá seus limites estavam estabelecidos mais ou menos claramente, na região da Ponte de São Patrício – e daí seguia em direção à Mantiqueira, para o lado “norte” – em realidade leste – confrontava-se com o “sertão incompreensível” (Livro do Tombo<sup>21</sup>, 1747 apud RODRIGUES, 2001, p. 19).

Gradativamente, o núcleo se expande. Guaipacaré recebe “várias levas de paulistas, oriundos dos mais velhos troncos piratininganos, sobretudo Lemes, Bicudos e Camargos”(RODRIGUES, 2001, p.21), que se transferiram de São Paulo e Guarulhos para lá. Paralelamente, há um afluxo de portugueses, vindos “das ilhas”, do Porto e de Braga, principalmente.

Cedo os papéis se dividiram, os paulistas predominando nas atividades agrícolas e os portugueses nas atividades comerciais. Do mesmo modo, os papéis políticos ficam bem evidentes desde o início: os reinóis sendo mais conservadores e os da terra inclinados a uma certa liberalidade, defendendo, mais tarde, a Independência do Brasil em relação a Portugal e num segundo momento, os ideais republicanos

Em 1788, a Freguesia da Piedade é elevada à vila (Fig.48) em 6 de setembro (data da portaria), recebendo como patronímico o sobrenome do então governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, em um momento de narcisismo explícito. A ereção do

<sup>19</sup> **Cônica.** [F. subst. de cônica.] S. f. 1. Pensão que se concedia aos párocos para sua conveniente sustentação. Aurélio B. HOLLANDA FERREIRA. *Novo dicionário Aurélio – Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lexikon Informática, [1999]. 1 CD-ROM

<sup>20</sup> Livro do Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, 1747.

<sup>21</sup> Idem

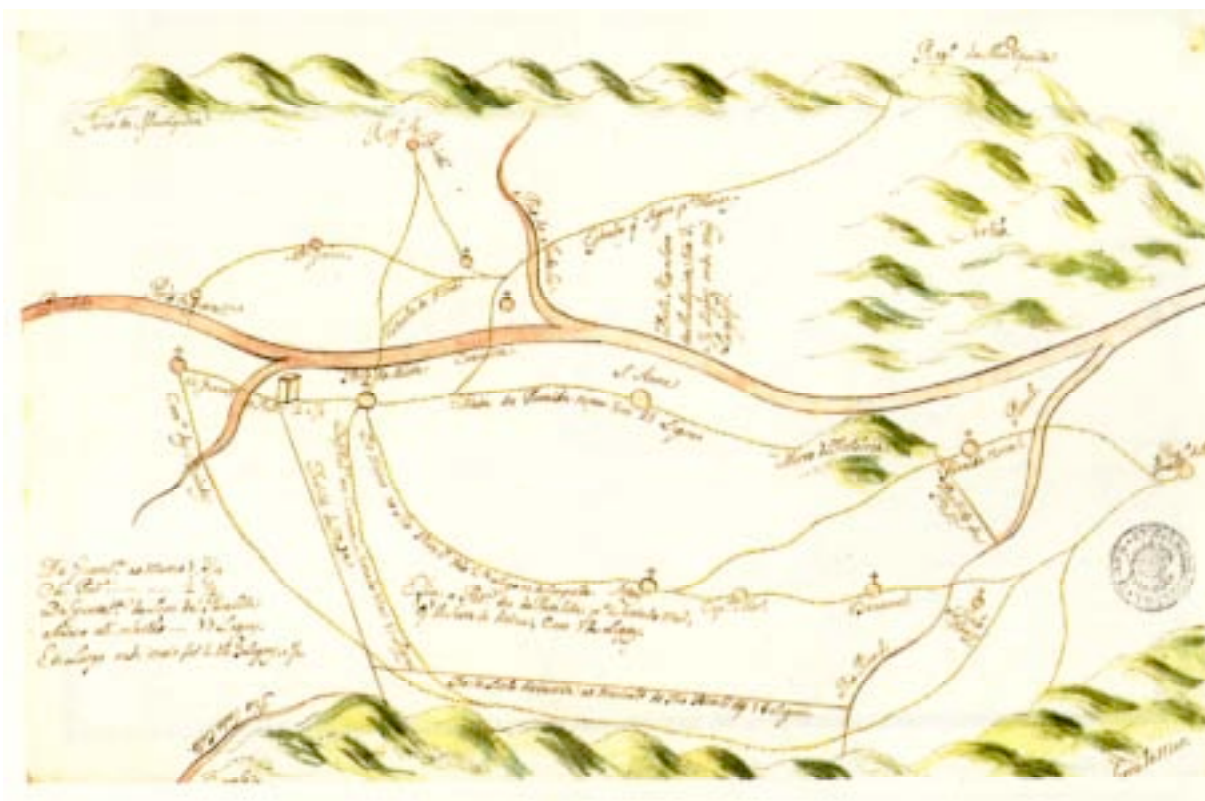


Fig. 48

Mapa no qual se mostra que a situação do Distrito de Piedade e se conclui a necessidade de elevá-a a vila (Nova Lorena).

c.1788

Fonte: ARRUDA, 2000

pelourinho ocorreu a 14 de novembro de 1788, bem como a fixação do Rocio e das respectivas divisas do distrito.

Duas razões concorrem para sua elevação à categoria de vila. Primeiramente há a questão logística, de controle dos caminhos e do fluxo de mercadorias e, em segundo lugar, e também devido ao entroncamento dos caminhos, pelo crescimento da população da freguesia, demandando também maior controle mas configurando-se como uma possibilidade de aumento de arrecadação de impostos e de homens para o serviço militar. Tais propósitos estão esclarecidos no próprio Auto de Ereção:

[...] o Senhor Rey Don José o primeiro de Gloriosa Memoria, nas instrucções de vinte e seis de Janeiro de mil setecentos e sessenta e cinco, [...] foi servido ordenar, que as Povoações e partes dessa Capitania se levantem e erijam Villas, congregando a ellas todos os vadios diversos e que vivem em Sítios Volantes, para morarem civilmente, ministrando-se-lhes os Sacramentos, estarem promptos nas occasioens do Real Serviço, por ser a Freguezia da Piedade huma das mais opulentas e populosas dessa Capitania, achando-se situada no ponto donde sahem as duas Estradas Geraes das Capitancias de Minas e Rio de Janeiro, o que necessariamente ha de dar Calor ao seu Comercio ficando alem disso sobre a margem do Rio Paraíba que facilita muito os transportes do mesmo Comercio para muitas das Villas do Norte; havendo por conseguinte grande necessidade de estarem ali Justiças para decidirem as duvidas que puderem acontecer; E ultimamente por me ser Representado ter esta Freguezia pelo menos oitenta homens Capazes de servirem os Cargos da Republica; [...] (AUTO DE ERECCÃO 1788<sup>22</sup> apud RODRIGUES, 2001, p.28, grifo nosso).

Explícito estava também a localização privilegiada na “boca do sertão”, que possibilitaria o seu desbravamento e a realização da ligação terrestre do Vale com o Rio de Janeiro:

[...] e por me ser muito conveniente a Povoação do Certam que se segue desde as suas vizinhanças athe o Rio Pirahy, caminho do Rio de Janeiro [...] (AUTO DE ERECCÃO 1788<sup>23</sup> apud RODRIGUES, 2001, p.29, grifo nosso)

<sup>22</sup> Certidão autentica do edital de publicação e convocação, do Auto de Ereção da Nova Villa de Lorena, do Termo de Elleição, do Termo de Abertura do Pelouro e Portarias mandando erigir a Villa, confirmando a Eleição das Justiças e ampliando os limites da Nova Villa. 1788, Gama Rodrigues consultou o manuscrito no Arquivo do Estado em 1926, data da publicação da primeira edição de seu livro. Nesta época os originais encontravam-se na “Sala 7ª - Tempo colonial – Março [sic] 89, pasta 1<sup>ª</sup>”. Não tivemos acesso a tal documento.

<sup>23</sup> Idem



Assim, o pequeno núcleo da Freguesia transforma-se, pois além da ampliação de seus limites, recebe o pelourinho, instalado no local que o próprio escrivão do auto é incumbido de escolher – provavelmente em comum acordo com os homens mais representativos daquela pequena sociedade – e junto do qual é erigida a Casa da Câmara. Surge, então, outro espaço de representação social, desta vez leigo: o largo da casa da Câmara, cuja construção segue estritamente o padrão colonial, ao abrigar a Cadeia em seu andar térreo.

Este momento constitui-se, sem dúvida, no primeiro encontro civil daquela sociedade, ainda que promovido por convocação régia ditada no Auto de Ereção: “[...]a cujo acto solemne convoco a todo o Povo desta Freguezia e principalmente convoco a Nobreza della para que pessoalmente assistam [à ereção do Pelourinho]” (AUTO DE ERECCÃO 1788<sup>24</sup> apud RODRIGUES, 2001, p.29)

O pelourinho “era o símbolo da autonomia municipal então alcançada [...], ficava junto à nova casa de câmara e cadeia, porém esta [...], fatalmente se situava em relação à referência maior preexistente: a igreja matriz. Menos ou mais próximos, a sede e o símbolo do município farão esse edifício religioso comandar também, ainda que indiretamente, o estabelecimento das fronteiras do rossio” (MARX, 1991, p.81)

Instalado o Pelourinho, e levando-se em consideração a igreja matriz, mesmo que de forma indireta, é demarcado o novo Rocio<sup>25</sup>,

[...] com a mayor Extensão [...] terá um quarto de Legoa<sup>26</sup>, para hum e outro lado contado do mesmo Pelourinho até à sua extremidade

<sup>24</sup> Idem

<sup>25</sup> Essa área do Rocio servia a distintos propósitos, que poderiam resumir-se em sua utilização por parte de todos os moradores para pasto de animais, para coleta de madeiras ou de lenha, para algum plantio, bem como constituía uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças. Murilo Marx, *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991, p.68

<sup>26</sup> [Do lat. tard. *leuca* ou *leuga*, poss. de or. gaulesa.] S. f. 1. Antiga unidade brasileira de medida itinerária, equivalente a 3.000 braças, ou seja, 6.600m; légua brasileira. Légua de sesmaria. Bras.1. Antiga unidade de medida de superfície agrária, equivalente a um quadrado de 3.000 braças de lado, ou seja, 4.356ha.

compreendendo nessa quadratura por todos os lados um quarto de Legoa de Extensão que lhe será demarcado pellos Officiais da Camara desta Villa e assinalado debaixo de quatro Marcos afim de evitar sobre esta Matéria qualquer Confuzam, ou duvida para o fucturo [...] (AUTO DE ERECCÃO 1788<sup>27</sup> apud RODRIGUES, 2001, p.31).

Rodrigues (2001, p.35) assinala que este foi o “primeiro deslocamento da povoação para o nascente [...], abandonando o adro da Igreja e a margem do rio, onde começara”. Logo em seguida tratou-se de construir o edificio da Casa de Câmara e Cadeia, que infelizmente foi destruído por um incêndio em 1865 – época em que o pelourinho já havia sido transferido para o Largo da Figueira (atual Pr. Gama Rodrigues) e posteriormente, “mandado arrazar pelos revolucionários de 1842” (CESAR, 1928, p.67)

Nesse momento há uma espécie de cisão entre o patrimônio religioso e o leigo ou civil. No caso de Lorena, especificamente, são espaços que não se interpõem e nem mesmo estabelecem uma relação espacial interessante, passível de ser explorada paisagisticamente – a rua que os liga o faz a partir dos fundos da Igreja Matriz. Já é bem clara a separação entre esses dois espaços e sua hierarquização, pois o Largo da Matriz – seu adro – será escolhido pelos barões do café para levantarem suas residências.

A nosso ver, este é o espaço de representação social da elite que está em vias de se formar, e o patrimônio religioso permite melhor convivência social. É aí que acontecem as procissões, festas, casamentos e passeios (antes da abertura do Largo da Imperatriz), enquanto o Largo do Rosário ou Paço Municipal presta-se a outras atividades mais “mundanas”: além de

---

Um quarto de légua corresponde, neste caso, em que se emprega como medida de comprimento, a 750 braças ou 1650m. Entendemos que a área resultante é de 2178ha.

<sup>27</sup> Certidão autentica do edital de publicação e convocação, do Auto de Erecção da Nova Villa de Lorena, do Termo de Elleição, do Termo de Abertura do Pelouro e Portarias mandando erigir a Villa, confirmando a Eleição das Justiças e ampliando os limites da Nova Villa. 1788, Gama Rodrigues consultou o manuscrito no Arquivo do Estado em 1926, data da publicação da primeira edição de seu livro. Nesta época os originais encontravam-se na “Sala 7ª - Tempo colonial – Março [sic] 89, pasta 1ª”. Não encontramos tal documento.

abrigar a Cadeia, há a feira, ou “quitanda”, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Murillo Marx (1991), afirma que algumas das nossas igrejas coloniais já nasceram isoladas, por seguirem as já citadas *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*, que além de determinar a melhor implantação do edifício, aconselhavam seu isolamento, não só para que se destacasse em relação ao casario, mas também por uma questão de ordem prática, para facilitar a execução de certos ritos, como as procissões. Segundo o autor, isto seria possível quando o povoado fosse ainda pequeno, e com o tecido urbano esparso.

Ora, tal recomendação se tornaria imediatamente uma condicionante também para o tecido urbano, o sistema de ruas e prédios ou, no mínimo, para as redondezas da igreja. Se esta devia estar afastada das demais construções, e quando isto fosse possível, um espaço à volta se configuraria, sendo transformado, com o passar do tempo e com a evolução do povoado, quem sabe, em determinado logradouro (MARX, 1991, p.23).

Apesar de a Villa da Piedade não ser uma aglomeração de tamanho avantajado – pelo contrário, com as construções ainda dispostas de um modo mais livre, a igreja, a esta altura já um segundo prédio em taipa de pilão, estava localizada na extremidade de um quarteirão, em posição semelhante à Matriz da cidade de Mariana, em Minas Gerais.

Em 1801, a vila contava com 588 habitantes, sendo muitos tropeiros, mas a produção têxtil, citada por Sérgio Buarque de Holanda (MAIA; HOLANDA, 1975) era representativa para a região – “os famosos cobertores de Lorena” – supõe-se, muito provavelmente, eram confeccionados predominantemente por mulheres, pois a atividade fiandeira é uma atividade tradicionalmente feminina.

Quanto às condições de vida dessa população, “o consumo de bretanhas importadas e de panos de seda revela que os moradores não viviam em situação de miserabilidade” (EVANGELISTA, 1978, p.22), apesar de que parte dessas mercadorias era vendida aos

tropeiros e viajantes. Ainda segundo Evangelista (1978), pelo exame das listas de população, pode-se perceber uma certa “condição mínima de urbanidade”, pois por essa época moram na vila dois cirurgiões, dois músicos e três jornaleiros.

Na passagem do século, a base agrícola é o cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, contando a vila com dois engenhos e o fumo, cujo “cultivo é um dos principais trabalhos dos habitantes de Lorena” (SPIX; MARTIUS, 1981, p.123).

Provavelmente, tinha a Vila da Piedade o aspecto geral das vilas coloniais, com as casas ocupando a testada do lote, conformando um *continuum* de fachadas e de beirais ao longo das poucas ruas. “A existência do oleiro, no Ribeirão Acima (bairro na direção de Guaratinguetá), indica que as casas já poderiam ser cobertas de telhas, enquanto a presença de grande número de escravos mostra a possibilidade de paredes de taipa socada” (EVANGELISTA, 1978, p.22). O destaque ficava por conta da Igreja Matriz, maior e mais representativo edifício local.

O primeiro relato a respeito da fisionomia da Vila da Piedade anterior à chegada do café é aquele feito pelos naturalistas alemães Spix e Martius, que por ali passaram no fim do ano de 1817, os quais a consideraram uma vila “pobre, sem importância, constando de umas quarenta casas, apesar dos férteis arredores e do tráfego, entre São Paulo e Minas Gerais” (SPIX; MARTIUS, 1981, p.123).

Continuam a descrição:

A estrada de São Paulo para Minas passa, aqui, em dois pontos: Porto da Cachoeira e Porto do Meira, sobre o Paraíba, que corre meio quarto de hora a oeste da vila. [...]

No nosso prosseguimento pelo fértil vale ao sul de Lorena [...], notamos surpreendente mudança na vegetação. Desaparecia a feição selvagem das matas e, pouco a pouco, ia ressaltando a natureza mais livre, suave, aberta, dos campos, quanto mais avançávamos. Em vez das altas e densas florestas de montanha, tínhamos agora, à nossa frente, planícies alternadas com outeiros de suaves declives, cobertas de alguns arbustos e extensas campinas (SPIX; MARTIUS, 1981,, p.123).

Em *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender 1817-1818* (WAGNER, BANDEIRA, 2000), que reúne os trabalhos produzidos por aquele artista quando viajou no mesmo grupo dos naturalistas alemães, os registros feitos de Lorena retratam uma cidade sem maiores atrativos, mas talvez pela força do traço de Ender, Lorena não parece ser feia.

Nas pranchas *Loréna von der Ostseite* (Fig.49), *Loréna nebst dem Montiqueira Gebirgs von Western* e *In Loréna*,<sup>28</sup> (Fig.50) podemos observar a igreja Matriz dominando a paisagem por constituir-se, como já dissemos, no maior edifício da vila. Além disso, as pranchas ilustram a mudança na paisagem observadas pelos alemães.

Mas as transformações mais profundas estavam por chegar: Martius (1981, p.124) aponta “alguns indícios de vida mais civilizada” quando de sua passagem por Guaratinguetá: “Desde a nossa partida do Rio, notamos aqui as primeiras vidraças, que no Brasil sempre significam abundância e no interior, até mesmo luxo”.

É provável que a abundância a que se referem os naturalistas em seu relato, seja proveniente da retomada atividade canavieira no fim do século XVIII – o “ciclo dos engenhos, segundo Lucila Herrmann, quando a invasão dos canaviais introduz um produto apto ao abastecimento dos mercados e à crescente acumulação de cabedais, isso a partir de 1775 até bem entrado o século XIX. Convém notar que neste ponto, porém, o que pode ser válido para Guaratinguetá, deixa de sê-lo, ou não o é, no mesmo grau, para o vale do Paraíba paulista em seu conjunto” (MAIA; HOLANDA; HOLANDA, 1975, p.25).

Esta particularidade em relação a Guaratinguetá será prolongada até a terceira década do século XIX. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1975, p.26), “não é excessivo dizer, de

---

<sup>28</sup> *Lorena vista pelo lado leste*, p. 824; *Lorena ao lado da Serra da Mantiqueira vista do lado oeste*, p. 826 e *Em*



Fig. 49  
*Loréna von der Ostseite*  
 Lorena vista do lado leste.  
 Thamas Ender  
 1817  
 Fonte: WAGNER; BANDEIRA, 2000

Fig. 50  
*In Loréna*  
 Em Lorena.  
 Thamas Ender  
 1817  
 Fonte: WAGNER; BANDEIRA, 2000



qualquer maneira, que a lavoura canavieira preparou ali [no Vale do Paraíba paulista], de algum modo, a infra-estrutura sobre a qual haverão de implantar-se, com perspectivas muito mais amplas, os cafezais”.

O café já estava a caminho.

